

7.

Referências Bibliográficas

ABRAHAMSEN, Rita & WILLIAMS, Paul. “Ethics and foreign policy: The antinomies of new Labour’s third way in sub-saharan Africa”. *Political Studies*, v. 49, p. 249-264.

ACHARYA, Amitav. **Whose ideas matter? Agency and power in Asian regionalism**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

_____. “How ideas spread: whose norms matter? Norm localization and institutional change in Asian regionalism”. *International Organization*, v. 58, n. 2, 2004.

_____. “Redefining the dilemma of humanitarian intervention”. *Australian Journal of International Affairs*, v. 56, n. 3, p. 373-381, 2002.

_____. **Constructing a security community in Southeast Asia. ASEAN and the problem of regional order**. New York: Routledge, 2001.

AGUILLAR, Sérgio. As forças de paz do Brasil balanço. In.: BRIGAGÃO, Clóvis & PROENÇA JR., Domício. **Brasil e o mundo novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de. **Diretriz geral ostensiva do comandante do Exército**. Brasília, DF: 3 de fevereiro de 2003.

ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon. “O regionalismo do governo Lula e as percepções das elites sul-americanas”. *Política Externa*, v. 18, n.3, 2009/2010, p. 15-32.

_____. “Economia política e política externa do governo Lula”. *Plenarium*, ano II, n. 2, 2005, p. 84-93.

_____. “De novo na encruzilhada: as relações do Brasil às vésperas do século 21”. *Carta Internacional*, ano IX, n. 94/95, p. 13-17, 2001.

ALEIXO, José Carlos Brandi “O princípio de não-intervenção e sua presença na história da América”. *Política e Estratégia*, v. 5, n. 4, 1987, p. 506-528.

_____. **O Brasil e a América Central**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A política externa do novo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – retrospecto histórico e avaliação programática”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 2, 2002, p. 229-239.

_____. “Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 47, n. 1, 2004, p. 162-184.

ALMEIDA FILHO, João Genésio de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): análise e perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2009.

ALSINA JR., João Paulo Soares. “O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 52, n. 2, 2009, p. 173-191.

_____. **Política externa e política de defesa no Brasil: síntese imperfeita**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

_____. “Para que o Brasil precisa de Forças Armadas?”. *Cena Internacional*, v. 5, n. 2, 2003, p. 59-90.

ALVES, Geovane Machado. “Transnacionalização das políticas públicas: A atuação brasileira no Haiti como novo paradigma jurídico de intervenção humanitária”. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2009.

AMORIM, Celso. “Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de formatura da Turma 2005-2007 do Instituto Rio Branco”. 29 de abril de 2008. Disponível em:

http://www.irbr.mre.gov.br/discurso_mreca_souza_dantas.pdf. Acesso em 25 de junho de 2009.

_____. “Política Externa do governo Lula: os dois primeiros anos”. *Análise de Conjuntura OPISA*, n. 4, março 2005.

_____. “A política externa do governo Lula”. *Política Externa*, v. 13, n. 1, 2004a, p. 157-163.

_____. “O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança”. In.: RAMALHO, Antonio Jorge, & PINTO, JR. de Almeida; SILVA, R Doring Pinho da (Orgs.). **Pensamento brasileiro sobre segurança e defesa. O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, 2004b.

_____. **Celso Amorim (depoimento, 1997)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003a, 37 p. dat.

_____. “Discurso do Embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília – 1º de janeiro de 2003”. In.: IPRI/FUNAG. **A política externa do Brasil**. Brasília: 2003b.

_____. Multilateralismo acessório. *Política Externa*, v. 11, n. 3, p. 55-61, 2002-2003.

_____. “Uma diplomacia voltada para o desenvolvimento e a democracia”. In.: FONSECA JR., Gelson & CASTRO, Sérgio H. N. de (Orgs.). **Temas de política externa brasileira II**. v 1. Brasília: FUNAG; São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

ANDERSSON, Andreas. “Democracies and UN peacekeeping operations, 1990-1996” *International Peacekeeping*, v. 7, n. 2, 2000, p. 1-22.

ANNAN, Kofi. **The question of intervention. Statements by the Secretary-General**. New York: December, 1999.

ÁVILA, Carlos. “O Brasil e o Grão Caribe: fundamentos para uma nova agenda de trabalho”. *Contexto Internacional*, v. 30, n. 3, 2008, p. 701-734.

AYOUB, Mohammed. “Third World perspectives on humanitarian intervention and international administration”. *Global Governance*, v. 10, n. 1, 2004, p. 99-188.

_____. “Humanitarian intervention and state sovereignty”. *International Journal of Human Rights*, v. 6, n.1, 2002, p. 81-102.

BADESCU, Cristina G. & BERGHOLM, Linnea. “The Responsibility to Protect and the conflict in Darfur: The big let-down”. *Security Dialogue*, v. 40, n. 3, 2009, p. 287-309.

BAENA SOARES, João Clemente. **Síntese de uma gestão 1984-1994**. Washington: Organização dos Estados Americanos, 1994.

BANNON, Alicia L. “The Responsibility to Protect: The U.N. World Summit and the question of unilateralism”. *Yale Law Journal*, v. 115, n. 5, 2006, p. 1157-1165.

BAMBERGER, Sara Heitler; BOSTROM, Meg; HULBURT, Heather; O’CONNELL, Jamie; OWEN, Jessica; SHEIKHOLEISLAMI, Hosna; SHIGEKANE, Rachel & SHULMAN, Joanna. **The Responsibility to Protect (R2P). Moving the campaign forward**. Human Rights Center Religion, Politics and Globalization Program, International Human Rights Law Clinic, University of California, Berkley, October, 2007.

BEIRÃO, André Panno “Aspectos político-legais e legal-militares da participação brasileira em operações de manutenção da paz da ONU, pós-1988”. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

BELLAMY, Alex. “Realizing the Responsibility to Protect”. *International Studies Perspectives*, v. 10, 2009a, p. 111-28.

_____. **Responsibility to Protect. The global effort to end mass atrocities.** Malden: Polity, 2009b.

_____. “Conflict prevention and the Responsibility to Protect”. *Global Governance*, v. 14, 2008, p. 135-156.

_____. “The responsibility to protect and the problem of military intervention”. *International Affairs*, v. 84, n. 4, 2008, p. 615-639.

_____. “Whiter the responsibility to protect? Humanitarian intervention and the 2005 World Summit”. *Ethics and International Affairs*, v. 20, n. 2, 2006, p. 143-169.

_____. “Responsibility to protect or Trojan horse? The crisis in Darfur and humanitarian intervention after Iraq”. *Ethics and International Affairs*, v. 19, n. 2, 2005, p. 31-53.

_____. “Humanitarian intervention and the three traditions”. *Global Society*, v. 17, n. 1, 2003, p. 3-20.

_____. & DAVIES, Sara E. “Responsibility to Protect in the Asia Pacific region”. *Security Dialogue*, v. 40, n. 6, 2009, p. 547-574.

_____. & WILLIAMS, Paul D. “The Responsibility to Protect and the crisis in Darfur”. *Security Dialogue*, v. 36, n. 1, 2005, p. 27-47.

_____. WILLIAMS, Paul D. & GRIFFIN, Stuart. **Understanding peacekeeping.** Malden: Polity, 2004.

BENITEZ MANUAT, Raul. “América Latina: os debates e ações militares internacionais das Forças Armadas”. In.: Wilhelm Hofmeister (Org.). **Segurança Internacional: Um diálogo Europa-América do Sul II Conferência do Forte de Copacabana.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006

_____. “La seguridad hemisférica: de México a Puerto Príncipe”. In.: TULCHIN, Joseph; MANUAT, Raul Benitez & DIAMINT, Rut (Eds.). **El**

rompecabezas. Conformando la seguridad hemisférica em El siglo XXI.

Buenos Aires: Bononiae Libros, 2005.

BIRLE, Peter. “Muchas voces, ninguna voz. Las dificultades de America Latina para convertirse en un verdadero actor internacional”. *Nueva Sociedad*, v. 124, marzo-abril de 2008.

BJÖRKDAHL, Annika. “Swedish norm entrepreneurship in the UN”. *International Peacekeeping*, v. 14, n. 4, 2007, p. 538-552.

_____. “Promoting norms through peacekeeping: UNPREDEP and conflict prevention”. *International Peacekeeping*, v. 13, n. 2, 2006, p. 214-228.

_____. “From ideas to norm. Promoting conflict prevention”. Ph.D. Thesis. Sweden: Department of Political Science, Lund University, 2005.

_____. “Norms in international relations: some conceptual and methodological reflections”. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 15, n. 1, 2002, p. 9-23.

BLACK, David & WILLIAMS, Paul D. “Conclusion: Darfur’s challenge to international society. In.: BLACK, David & WILLIAMS, Paul D. (Eds.). **The international politics of mass atrocities. The case of Darfur.** New York: Routledge, 2010.

BONIFACE, Dexter S. “A democratic norm for the Western Hemisphere? An analysis of the Organization of American States, 1991-present”. Paper prepared for the Midwest Political Science Association (MPSA) Conference, Chicago, IL, April 15-18, 2004.

BRAGA, Carlos Chagas V. “MINUSTAH’s success in improving the security environment in Haiti and the Brazilian way of peacekeeping a view from the field”. Trabalho apresentado na conferência da ABRI ISA, julho de 2009, Rio de Janeiro, Brasil.

BRIGAGÃO Clóvis & PROENÇA Jr., Domício. **Concertação múltipla. Inserção internacional de segurança do Brasil.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

BRYSK, Alison. **Global good samaritans. Human rights as foreign policy.** Oxford, Oxford University Press, 2009.

_____. PARSONS, Craig & SANDHOLTZ, Wayne. “After empire: national identity and post colonial families of nations”. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 2, 2002, p. 267-305.

BROWNE, Marjorie Ann. “The United Nations Security Council, its role in the Iraq crisis”. CRS Report for Congress, March 18th, 2003.

BURGES, Sean. **Brazilian foreign policy after the Cold War.** Gainesville: The University Press of Florida, 2009.

_____. “Building a Global Southern Coalition: the competing approaches of Lula’s Brazil and Chávez’s Venezuela”. *Third World Quarterly*, v. 28, n. 7, 2007, p. 1343-1358.

_____. “Auto-Estima in Brazil: the logic of Lula’s South-South foreign policy”. *International Journal*, v. 60, n. 3, 2005, p. 1133-1151.

BURGES, Sean & DAUDELIN, Jean. “Brazil: how realists defend democracy”. In.: LEGLER, Thomas; LEAN, Sharon F. & BONIFACE, Dexter (Eds.). **Promoting democracy in the Americas.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.

BURGESS, J. Peter. “Ethics of humanitarian intervention: the circle closes”. *Security Dialogue*, v. 33, n. 3, 2002, p. 261-264.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole & WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis.** Boulder: Lynne Rienner, 1997.

CABRANES, Jose A. "Human rights and non-intervention in the Inter-American System". *Michigan Law Review*, v. 65, n. 6, 1967, p. 1147-1182.

CÂMARA, Irene Pessoa de Lima. **Em nome da democracia. A OEA e a crise haitiana 1991-1994**. Brasília: FUNAG/Instituto Rio Branco, 1998.

CAMARGO, Sonia de. "O Brasil face a América Central e o Caribe. A história de uma ausência". IRI Textos, outubro de 1985, n. 3. Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

CANANI, Ney. **Política externa do governo Itamar Franco (1992-1994)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. "Posições do Brasil no plano multilateral". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 52, 1981, p. 147-216.

CARDENAS, Sonia. "Norm collision: explaining the effects of international human rights pressure on state behaviour". *International Studies Review*, v. 6, p. 213-231, 2004.

CARNEIRO DA CUNHA, João Solano. **A questão do Timor Leste: origens e evolução**. Brasília: Instituto Rio Branco/FUNAG, 2001.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. "A nova missão das Forças Armadas latino-americanas no mundo pós-Guerra Fria: o caso do Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n. 54, 2005..

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. "O teorema da exclusão e o corolário Nabuco". *Carta Internacional*, ano 9, n. 104, 2001, p. 7-10.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. "Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil". *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 37, n.1, 1994, p. 37-63.

CHANDLER, David. “Hollow hegemony theorising the shift from interest based to value based international policy making”. *Millennium*, v. 35, n. 3, 2007.

_____. “The Responsibility to Protect? Imposing the liberal peace”. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, 2004, p. 59-81.

_____. “Rethoric without responsibility: the attraction of ethical foreign policy”. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 5, n. 3, 2003, p. 295-316.

CHAVES, Sebastião Ferreira (Coronel). Trabalho de Turma Tema II “O Brasil e a América Latina TT1-20-69 Haiti”. Curso Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra (ESG), 1969.

CHECKEL, Jeffrey. “It’s the process stupid! Process tracing in the study of European and International Politics”. ARENA Center for European Studies, University Oslo, Working Paper, n. 26, October 2005.

_____. “The constructivist turn in International Relations theory”. *World Politics*, v. 50, 1998, p. 324-348.

COELHO, Cesar. “Brasil y las operaciones de paz de Naciones Unidas”. In.: Maria Cristina Rosas (Coord.). **Las operaciones de mantenimiento de la paz de las Naciones Unidas: lecciones desde el mundo**. Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Folke Bernadotte Academy, 2008.

COOPER, Andrew F. “The making of the Inter-American Democratic Charter: a case of complex multilateralism”. *International Studies Perspective*, v. 5, 2004, p. 92-113.

CORTELL, Andrew P. & DAVIS JR., James W. “Understanding the domestic impact of international norms: a research agenda”. *International Studies Review*, v. 2, n. 1, 2000, p. 65-87.

_____. “How do international institutions matter? The domestic impact of international norms”. *International Studies Quarterly*, v. 40, 1996, p. 451-478.

COUTO, Andrelúcio Ricardo (Cap. Inf.). “A participação do Exército Brasileiro em operações de manutenção da paz sob a égide da organização das Nações Unidas nos últimos 50 anos – benefícios para a Força Terrestre”. Trabalho de Graduação interdisciplinar, ECEME, 2006.

CRAWFORD, Neta C. **Argument and change in world politics. Ethics, decolonization and humanitarian intervention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

DAHL, Ann-Sofie. “Sweden: once a moral superpower, always a moral superpower?”. *International Journal*, v. 61, n. 4, 2006, p. 895-908.

DAUDELIN, Jean. “Joining the club: Lula and the end of periphery for Brazil”. In.: BIRLE, Peter; COSTA, Sergio & NITSCHAK, Horst (Eds.) **Brazil and the Americas. convergences and perspectives**. Madrid:,Iberoamericana; Frankfurt: Vervuet, 2008.

DIAMINT, Rut. “El 2x9 uma incipiente comunidad de seguridad em América Latina?”. *Policy Paper*, n. 18, Friedrich Ebert Stiftung, Diciembre 2007.

DIEHL, Paul F. **Peace Operations**, Malden: Polity Press, 2008.

DIMITRAKOUPoulos, Dimitri. “Norms, interests and institutional change”. *Political Studies*, v. 53, 2005, p. 675-693.

DINIZ, Eugenio. “O Brasil e as operações de paz”. In.: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antonio Carlos (Orgs.). **Relações internacionais do Brasil: temas e agendas**. v. 2. São Paulo: Ed Saraiva/IBRI, 2006.

DOMINGUEZ, Jorge I. “International Cooperation in Latin America: The Design of Regional Institutions by Slow Accretion”. In.: ACHARYA, Amitav & JOHNSTON, Alastair Iain (Eds.). **Crafting Cooperation: Regional**

International Institutions in Comparative Perspective. New York:,Cambridge University Press, 2007, p. 83-128.

DORN, A. Walter. “Intelligence-led peacekeeping: The United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH) 2006-2007”. *Intelligence and National Security*, v. 24, n. 6, p. 805-835, 2009.

DUARTE VILLA, Rafael. “Política externa brasileira: capital social e discurso democrática na América do Sul”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, 2006, p. 63-89.

DUNNE, Timothy & WHEELER, Nicholas. “Good international citizenship: a third way for British foreign policy”. *International Affairs*, v. 74, n. 4, 1998, p. 847-870.

ELGSTROM, Ole. “Norm negotiations. The construction of new norms regarding gender and development in EU foreign aid policy”. *Journal of European Public Policy*, v. 7, n. 3, 2000, p. 457-476.

FARRELL, Theo. “Transnational norms and military development: constructing Ireland’s professional army”. *European Journal of International Relations*, v. 7, n.1, 2001, p. 63-102.

FERGUSON, Yale H. “Reflections on the Inter-American principle of non-intervention: a search for meaning in ambiguity”. *The Journal of Politics*, v. 32, n. 3, 1970, p. 628-654.

FINNEMORE, Martha. **The purpose of intervention: changing beliefs about the use of force.** Ithaca: Cornell University Press, 2003.

_____. “Constructing norms of humanitarian intervention”. In: KATZENSTEIN, Peter J. (Ed.). **The culture of national security: norms and identity in world politics.** New York: Columbia University Press, 1996a.

_____. **National interest in international society.** Ithaca: Cornell University Press, 1996b.

_____. & SIKKINK, Kathryn. “International norm dynamics and political change”. *International Organization*, v. 52, n. 4, 1998, p. 887-891.

FLEMES, Daniel. “Brazil’s cooperative leadership in Southern Latin America’s security policies”. Doctoral Dissertation. University of Hamburg, 2005.

FLEMES, Daniel & RADSECK, Michael. “Creating multilevel security governance in South America”. German Institute of Global Affairs Institute of Latin American Studies, Working paper, n. 117, December 2009.

FOLLIETTI, Gilda. “La participación argentina en Haití: el papel del Congreso” *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, v. 19, n. 1, 2005, p. 37-56.

FONSECA JR., Gelson. **O interesse e a regra. Ensaio sobre o multilateralismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. (Org.). **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 1998-1999**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005 (1999).

FOOT, Rosemary. “Chinese power and the idea of a responsible state”. *The China Journal*, n. 45, 2001, p. 1-19.

FREITAS, Claudio Alexandre de Almeida (Capitão). “Histórico da participação do Exército Brasileiro na Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas em Chipre”. Trabalho de Graduação Interdisciplinar. Rio de Janeiro: ECEME, 2006.

GALVÃO, Thiago Gehre. “América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008)”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.52, n. 2, 2009, p. 63-80.

GARCIA, Enzo Di Nocera & CRESTA, Ricardo B. “Construyendo capacidades para América Latina y Caribe: Las operaciones de mantenimiento de la paz y El caso Haití”. *Security and Defense Studies Review*, v. 5, n. 1, 2005.

GARCIA, Marco Aurélio. “O que está em jogo em Honduras”. *Política Externa*, v. 18, n. 3, 2009-2010, p. 123-130.

GARCIA PINO, Gonzalo. “Força de paz combinada Cruz do Sul”. In.: WILHELM, Hofmeister (Org.). **Segurança internacional. Um diálogo Europa-América do Sul**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

GARRIGUES, Juan. “The responsibility to protect: from an ethical principle to an effective policy”. FRIDE Comment, November 2007.

GEORGE, Alexander. “Case studies and theory development: the method of the structured, focused comparison”. In.: P. G. Lauren (Ed.) **Diplomacy: new approaches in history, theory and policy**. New York: Free Press, 1979.

GIULIANA, Damaris. **Expedição Haiti. Histórias de militares brasileiros em missões de paz**. São Paulo: Baraúna, 2008.

GLANVILLE, Luke. “Norms, interests and humanitarian intervention”. *Global Change, Peace and Security*, v. 18, n. 3, 2006, p. 153-171.

GOFFREDO JR., Gustavo Sénéchal de. **Entre poder e direito: a tradição grotiana na política externa brasileira**. Brasília: IRB/FUNAG, 2005.

GOFFREDO JR., Gustavo Sénéchal de. “Tradição, normas e a política externa brasileira para os direitos humanos”. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2000.

GRATIUS, Susanne. “Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora?” Working Paper, n. 35, FRIDE, 2007. Disponível em: <http://www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=1282>. Acesso em 8 de maio de 2009.

_____. “Hacia una OTAN Sudamericana Brasil y un Consejo de Defensa Sudamericano”. FRIDE Commentario, abril de 2008.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. “Desafios externos para o governo Lula”. *Carta Internacional*, ano X, n. 118, 2002, p. 12-13.

HANG, Julio. “Entrevista à DEF”. *DEF*, v. 2, n. 6, 2006, p. 4-7.

HAUGEVIK, Kristin M. “Regionalizing the Responsibility to Protect: possibilities, capabilities and actualities”. Paper presented at the ISA Annual Convention, New York, February 15-19, 2009.

HEINE, Jorge. “Between a rock and a hard place: Latin America and multilateralism after 9/11”. In.: NEWMAN, Edward; THAKUR, Ramesh & TIRMAN, John. **Multilateralism under challenge? Power, international order and structural change**. Tokyo: United Nations University Press, 2006.

_____. “The responsibility to protect: Humanitarian intervention and the principle of non-intervention in the Americas”. In.: THAKUR, Ramesh; COOPER, Andrew F. & ENGLISH, John (Eds.). **International commissions and the power of ideas**. Tokyo: United Nations University Press, 2005.

HERZ, Mônica. “Considerações sobre as normas internacionais relevantes para a política de segurança brasileira”. In.: RAMALHO, Antonio Jorge; PINTO, J. R. de Almeida & SILVA, R. Doring Pinho da (Orgs.). **Pensamento brasileiro sobre segurança e defesa. O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

_____. “Managing security in the Western Hemisphere: The OAS’s new activism”. In.: PUGH, Michael & SIDU, Waheguru Pal Singh (Eds.). **The United Nations and regional security. Europe and beyond**. Boulder: Lynne Rienner, 2003.

_____. “O Brasil e a reforma da ONU” *Lua Nova*, v. 46, 1999, p. 77-98

_____. “A reforma da Organização das Nações Unidas” In.: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Desafios Reino Unido e Brasil**. Brasília, IPRI/FUNAG, 1997.

_____. & HRISTOULAS, Athanasios. “Brasil y Mexico enfrentan a La seguridad regional e internacional despues de la Guerra Fría”. In.: AMORIM, Octavio Neto; MENA L. M, Antonio Ortiz; CASTRO, Rafael Fernandez de. (Eds.). **Brasil y México: encuentros y desencuentros**. México, D.F.: Instituto Matías Romero, 2005.

_____.& HOFFMANN, Andrea. **Organizações internacionais. História e práticas**. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2004

HILL, Christopher. “What is to be done? Foreign policy as a site for political action”. *International Affairs*, v. 79, n. 2, 2003, p. 233-255.

HIRST, Monica. “La intervención sudamericana en Haití”. FRIDE Commentario, abril de 2007.

_____. & LLENDERROZAS, Elsa. “La dimensión política de la presencia en Haiti: los desafios para el ABC+U”. Segunda Reflexión sobre la Cooperación Argentina con Haiti. Proyecto “La reconstruction de Haiti. Fortaleciendo las capacidades de Argewentina para una cooperacion efectiva”. Buenos Aires: 7 y 8 de Julio de 2008.

HOBSON, John M. **The state and international relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HOLT, Victoria. “The Responsibility to Protect: Considering the Operational Capacity for Civilian protection”. Discussion Paper. The Henry L. Stimson Center, January 2005.

HOWLAND, Todd. “Peacekeeping and conformity with human rights law: How MINUSTAH falls short in Haiti”. *International Peacekeeping*, v. 13, n. 4, 2006, p. 462-476.

HUNTER, Wendy. “The Brazilian military after the Cold War: In search of a mission”. *Studies of Comparative International Development*, v. 28, n. 4, 1994, p. 31-49.

HURRELL, Andrew. "Lula's Brazil: A rising power, but going where?". *Current History*, February 2008, p. 21-57.

_____. "Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers?". *International Affairs*, v. 82, n. 1, 2006, p. 1-19.

_____. "Working with diplomatic culture: some Latin American and Brazilian questions". Paper prepared for the International Studies Association meeting Montreal, March 2004.

_____. "Regionalism and theoretical perspectives". In.: FAWCETT, Louise & HURRELL, Andrew (Eds.). **Regionalism and world politics**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

ICISS. **Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty**. Ottawa: International Development Research Centre, December 2001.

IPRI/FUNAG (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais/Fundação Alexandre de Gusmão). **Política Externa Brasileira**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

KACOWICZ, Arie M. **The impact of norms in international society. The Latin American experience, 1881-2001**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2005.

KANE, Angela. "Other new and emerging peacekeepers". In.: FINDLAY, Trevor (Ed.). **Challenges for the new peacekeepers**. SIPRI Research Report, n. 12, Oxford: Oxford University Press, 1996.

KAWAGUTI, Luis. **A república negra histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. Ed. Globo, 2006.

KENKEL, Kai. "Civil-military interaction and Latin American troop contributors: a comparative perspective from outside". In.: HAMMAN, Eduarda (Ed.). **Revisiting borders between civilians and military. Security and development**

in peace operations and post-conflict situations. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2009.

_____. “*Global player* ou espectador nas margens”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, n. 12, 2008a, p. 6-57.

_____. “Norms, morality and intervention: Germany, Canada and UN peacekeeping”. Paper prepared for presentation at the 49th Annual Convention of the International Studies Association, 26-29. San Francisco, USA: March, 2008b.

_____. “Whispering to the prince: academic experts and national security policy formulation in Brazil, South Africa and Canada”. Tese de Doutorado em Relações Internacionais. Genève: Université de Genève, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 2005.

KHALIQ. Ethical dimension of the foreign policy of the European Union a legal appraisal. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

KIKOLER, Naomi. “Responsibility to Protect”. International Conference Protecting People in Conflict and Crisis: Responding to the Challenges of a Changing World, September 2009, Global Centre for the Responsibility to Protect.

KIPMAN, Igor. “MINUSTAH go home?”. *Verde Oliva*, ano XXXVII, n. 202, outubro de 2009, p 58-59.

KLOTZ, Audie. Norms in international relations. The struggle against apartheid. Ithaca: Cornell University Press, 1995a.

_____. “Norms reconstituting interests: global racial equality and US sanctions against South Africa”. *International Organization*, v. 49, n. 3, 1995, p. 451-478.

KNIGHT, W. Andy. “The responsibility to protect as an evolving international norm”. Notes for Canadian Peacebuilding Coordinating Committee Meeting. Ottawa: Conference Centre, 22 September 2003.

KRASNER, Stephen. “Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables”. In.: KRASNER, Stephen (Ed.). **International regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

KRASNO, Jean E. **O papel da Organização das Nações Unidas na manutenção da paz**. Rio de Janeiro: Jordano Quaglia, 2000.

KUAMOTO, Mario Minoru (Cap. Cav.). “A participação de oficiais do Exército Brasileiro em operações de manutenção de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas na África – a preparação em território nacional”. Trabalho de Graduação interdisciplinar, ECEME, 2007.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

_____. **A política externa brasileira: três momentos**. Papers n. 4, Centro de Estudos, Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LAMAZIÉRE, Georges. **Ordem, hegemonia e transgressão. A resolução 687 (1991) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão Especial das Nações Unidas (UNSCOM) e o regime internacional de não-proliferação de armas de destruição em massa**. Brasília, FUNAG.

LAMPREIA, Luiz Felipe. “Brasil comete erro de avaliação em Honduras”. *Política Externa*, v. 18, n. 3, p. 117-122.

_____. **Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1999.

_____. “A política externa do governo FHC: continuidade e renovação” *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 2, 1998, p. 5-17.

LANDOLT, Laura K. “(Mis)constructing the Third World? Constructivist analysis of norm diffusion”. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 3, 2004, p. 579-591.

LANG JR., Anthony. **Agency and ethics. The politics of military intervention.** Albany: Suny Press, 2002.

LAWLER, Peter. “The Good State: In praise of classical internationalism”. *Review of International Studies*, v. 31, p. 427-449.

LEGLER, Thomas. “The Chávez effect”. In.: COOPER, Andrew F. & HEINE, Jorge (Eds.). **Which way Latin America? Hemispheric politics meets globalization.** Tokyo: United Nations University Press, 2009.

_____. “The OAS promotion of democracy and changing sovereignty practices in the Inter-American system”. Paper presented at the 45th Annual Convention of the International Studies Association, Montreal, March 17-20, 2004.

LIMA CÂMARA, Irene Pessoa de. **Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana 1991-1994.** Brasília: FUNAG/IRB, 1998.

LINKLATER, Andrew & SUGANAMI, Hidemi. **The English School of International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LLENDERROZAS, Elsa. “Argentina, Brasil y Chile em la reconstrucción de Haiti; intereses y motivaciones de la participación conjunta”. Paper prepared to be delivered at the 2006 meeting of the Latin American Studies Association. San Juan, Puerto Rico: March 15-18, 2006.

LOPES, Dawisson Belém & VELOZZO JR., Joelson. “Balanço sobre a inserção internacional do Brasil”. *Contexto Internacional*, v. 26, n.2, 2004, p. 317-354.

LORCA, Arnuf-Becker. “International Law in Latin America or Latin American International Law? Rise, fall and retrieval of a tradition of legal thinking and political imagination”. *Harvard International Law Journal*, v. 47, n. 1, 2006, p. 283-305.

LOWENHEIM, Oded. “‘Do ourselves credit and render a lasting service to mankind’: British moral prestige, humanitarian intervention, and the Barbary pirates”. *International Studies Quarterly*, v. 47, 2003, p. 23-48.

LUCK, Edward. “Implementing the Responsibility to Protect at the United Nations”. Presentation by Edward Luck, Special Adviser to the United Nations Secretary-General. Asia Pacific Centre for the Responsibility to Protect, University of Queensland, 3 August 2009.

_____. “The United Nations and the Responsibility to Protect”. Policy Analysis Brief. The Stanley Foundation, August 2008.

MALAMUD, Andrés. “Leadership without followers: The contested case for Brazilian power status”. In: MARTINS, Estevão C. de Rezende & SARAIVA, Miriam Gomes (Orgs.). **Brasil – União Européia-América do Sul: anos 2010-2020**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

MALONE, David. **Decision-making in the Security Council: the case of Haiti**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MANGIAVACCHI, Adilson (Coronel de Infantaria). “Missões de paz: projeção de poder e respaldo para a política externa do Brasil”. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à ECEME para obtenção parcial do Certificado de Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, Rio de Janeiro, 2002.

MARCH, James G. & OLSEN, Johan P. “The logic of appropriateness”. ARENA Center for European Studies, University of Oslo, Working Papers, WP04/09.

MARGHERITIS, Ana. **Argentine Foreign Policy: Domestic Politics and Democracy Promotion in the Americas**. Boulder, CO: First Forum Press/Lynne Rienner Publishers, 2010.

MARQUES, Sylvia. “A imagem internacional do Brasil no governo Cardoso (1995-2002) Uma leitura construtivista do conceito de potência média”. Dissertação de mestrado. Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, 2005.

MENDONÇA, Flávia Grumbach de. “As intervenções da ONU sob perspectiva oficial brasileira: uma comparação entre os governos Collor e FHC”. Dissertação de mestrado. Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, 1998.

MEYER, Christoph O. “Convergence towards a European strategic culture? A constructivist framework for explaining changing norms”. *European Journal of International Relations*, v. 11, n.4, 2005, p. 523-549.

MONIZ BANDEIRA, Luiz. “O Brasil e a América do Sul”. In.: ALTEMANI, Henrique & LESSA, Antonio Carlos (Orgs.). **Relações Internacionais do Brasil temas e agendas**, v.1. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2006.

MORADA, Neil S. “R2P roadmap in Southeast Asia: challenges and prospects”. UNISCI Discussion Paper, mayo, n. 11, Universidad Complutense de Madrid, 2006, p. 59-70.

MORGENTHAU, Hans J. “To intervene or not to intervene”. *Foreign Affairs*, v. 45, n. 3, 1967, p. 425-436.

MUÑOZ, Heraldo. “A ação coletiva pelo direito à democracia nas Américas”. *Política Externa*, v. 3, n. 4, 1995, p. 16-35.

NEUMANN, Iver B. “The English School and the practices of world society”. *Review of International Studies*, v. 27, 2001, p. 503-507.

_____. “A region-building approach to Northern Europe”. *Review of International Studies*, v. 20, n. 1, 1994, p. 53-74.

NINA, Alexandre. “Action against hunger and poverty: Brazilian foreign policy in Lula’s first term (2003-2006)”. Working Paper n. CBS 83-07, Centre for Brazilian Studies, 2006.

NYE, Joseph S. & OWENS, Willam A. “A vantagem dos Estados Unidos na informação”. *Parcerias Estratégicas*, vol. 1, n. 4, 1997.

ONU, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge. “Brasil, Mercosul e a segurança regional”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 8, n. 2, 1999, p. 108-129.

PAPEDH (Programa de Acompanhamento de Política Externa em Direitos Humanos). *Política Externa e Direitos Humanos: O Brasil na Comissão de Direitos Humanos da OPNU*. Informe n. 1, abril de 2005.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: IRB/FUNAG, 1998.

PEIXOTO, Wilson de Lyra (Ten. Cel. Cav.). “A política de intervenção pelas forças de paz da ONU: reflexos para o Brasil”. Trabalho Especial. Departamento de Estudos, CAPEM, Escola Superior de Guerra, 1995.

PEREIRA, Heleno Ribeiro. “Radiografia de uma missão: O componente militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas”. *Tecnologia e Defesa*, v. 22, n. 105, 2005, p. 40-45.

PERES, Eugenio Marcello Borges. “O princípio da solução pacífica dos conflitos na identidade internacional do Brasil”. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, UnB, 2006.

PERI, Enzo Martins. “Diretriz geral do Comandante do Exército”. Brasília: 9 de maio de 2007. Disponível em:
<http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2007/08ago07/diretrizes.pdf>. Acesso em 7 de outubro de 2008.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. “Haiti: A liderança brasileira numa complexa missão de imposição de paz”. *Tecnologia e Defesa*, ano 26, suplemento especial n. 19, 2009, p. 6-27.

PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea”. *Contexto Internacional*, v. 22, n. 2, 2000, p. 305-304.

POHLMAN, Christian. “Unauthorised humanitarian interventions in international society – time for an empirical-analytical assessment of the pluralist rejection to humanitarian interventions”. Paper presented at the 51st ISA Annual Convention in New Orleans, 2010.

PUGH, Michael. “Peace enforcement”. In.: DAWS, Sam & WEISS, Thomas (Eds.). **The Oxford Handbook on the United Nations**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

RAMALHO, Antonio Jorge. “Gray zones in Haiti: security challenges after United Nations sponsored interventions”. Paper presented at the 51st ISA Annual Convention in New Orleans, 2010.

_____. & PINTO, J.R. de Almeida; SILVA, R. Doring Pinho da (Orgs.). **Pensamento brasileiro sobre segurança e defesa. O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança**. v. 2. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

_____. & PINTO, J.R. de Almeida; SILVA, R. Doring Pinho da (Orgs.). **Pensamento brasileiro sobre segurança e defesa. Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil**. v. 1. Brasília, Ministério da Defesa, 2004.

RISSE, Thomas. “Between a new world order and none explaining the reemergence of the United Nations in world politics”. In.: KRAUSE, Keith & WILLIAMS, Michael (Eds.). **Critical Security Studies: concepts and cases**. New York: Routledge, 1997.

ROODETTES, José Martin (Uruguay). “Peacekeeping and the Armed Forces of the Southern Cone: current trends and future prospects”. Master’s Thesis Naval Postgraduate School, United States Navy, Monterrey California, 2002.

RUGGIE, John. "Multilateralism: the anatomy of an institution". *International Organization*, v. 46, 1992, p. 568-571.

RUPPENTHAL, Taillon. **Um soldado brasileiro no Haiti**. Rio de Janeiro: Globo, 2007.

SANDHOLTZ, Wayne. "Dynamics of international norm change: rules against wartime plunder". *European Journal of International Relations*, v. 14, n. 1, 2008, p. 101-131.

_____. & STILES, Kendall. **International norms and cycles of change**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SANTA-CRUZ, Arturo. "The impact of the 2006 Mexican elections". In.: COOPER, Andrew F. & HAINE, Jorge (Eds.). **Which way Latin America? Hemispheric politics meets globalization**. Tokyo: United Nations University Press, 2009.

_____. **International election monitoring, sovereignty, and the Western Hemisphere Idea. The emergence of an international norm**. New York: Routledge, 2005.

SANTISO, Carlos. "The gordian knot of Brazilian foreign policy: promoting democracy while respecting sovereignty". *Cambridge Review of International Affairs*, v.16, n. 2, 2003, p. 343-358.

SANTOS, Norma Breda dos. "Dez anos no deserto: a participação brasileira na primeira missão de paz das Nações Unidas". In.: DUPAS, Gilberto & VIGEVANI, Tullo (Orgs.). **Israel/Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

_____. & MARQUES RUSSO, Ciro. "Diplomacia e força. A participação brasileira em operações de paz das Nações Unidas". In.: SILVA, Kelly Cristiane da & SIMIÃO, Daniel Schroeter (Orgs.). **Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética de formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SANTOS, Luis Claudio Villafañe G. “A América do Sul no discurso diplomático brasileiro”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 2, 2005, p. 185-204.

SANTOS LEITÃO, Denílson. “Entrevista”. *Revista PADECEME*, 2º quadrimestre, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2002.

SANTOS NEVES, Gilda. “O Conselho de Segurança e o Brasil”. *Verde Oliva*, ano XXXVII, n. 202, outubro de 2009, p. 9-12.

SARDENBERG, Ronaldo M. “Brasil, política multilateral e Nações Unidas”. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, 2005, p. 347-367.

_____. “O Brasil e as Nações Unidas”. In.: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Prioridades, atores e agendas**. São Paulo: Annablume, NUPRI/USP, 2000.

_____. “O Brasil na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas” In Gelson Fonseca Jr & Sérgio H N de Castro (orgs) **Temas de política externa brasileira II vol 1**, Brasília FUNAG, Sao Paulo, Editora Paz e Terra, 1994.

SASIKUMAR, Karthika. “Weapons of the Weak(er): Deploying Norms in International Discourse”. *Paper presented at the annual meeting of the APSA 2008 Annual Meeting, Hynes Convention Center, Boston, Massachusetts, Aug 28, 2008*.

SATO, Yoichiro & HIRATA, Keiko. “Introduction: Constructivism, rationalism, and the study of norms in Japanese foreign policy”. In.: SATO, Yoichiro & HIRATA, Keiko (Eds.). **Norms, interests, and power in Japanese foreign policy**. London: Palgrave Macmillan, 2008.

SAXER, Marc. “The politics of Responsibility to Protect”. *Briefing Papers 2*, Friedrich Ebert Stiftung, April 2008.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. **Haiti: fenomenologia de uma barbárie**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

SCHIRM, Stefan. “Indicadores de liderança e modelos de análise para a nova política internacional do Brasil”. In.: COSTA, Sergio; SANGMEISTER, Hartmut; STECKBAUER, Sonja (Orgs.). **O Brasil na América Latina: interações, percepções, interdependências**. São Paulo: Annablume, Adlaf, Fundação Heinrich Boll, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. “De Suez ao Haiti: a participação brasileira nas operações de paz”. In.: FUNAG. **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

_____. “O Brasil diante do Haiti: instituições, atores e iniciativas na cooperação internacional” Relatório técnico. Estudo comparativo de propostas para a reconstrução e democratização do Haiti (103039-001). Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, setembro de 2006

_____. “Ingerência ou solidariedade: dilemas da ordem internacional contemporane”. *São Paulo em Perspectiva*, v.16, n. 2, 2002, p. 12-26.

_____. **Haiti: a soberania dos ditadores**. Porto Alegre: Solivros, 1994.

SEINTEFUS, Ricardo A. da Silva et al. “O direito internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 2, 2007, p. 7-24.

SEIXAS CORRÊA, Luiz Felipe de (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas, 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

SELCHER, Wayne. **Brazil’s multilateral relations: between First and Third worlds**. Boulder: Westview Press, 1978.

SENA CARDOSO, Afonso José. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAH, IRB, Centro de Estudos Estratégicos, 1998.

SENNES, Ricardo Ubiraci. “Intermediate countries in the multilateral arenas: The case of Brazil in the GATT and UN security Council between 1980 and 1995”. In.: HURRELL, Andrew et al. **Paths to power: Foreign policy strategies of intermediate states**. The Latin American Program, Working Paper n. 244, Woodrow Wilson International Center for Scholars, March 2000.

SERRANO, Monica. “Latin America: the dilemmas of intervention”. In.: SCHNABEL, Albrecht & THAKUR, Ramesh (Eds.). **Kosovo and the challenge of humanitarian intervention: selective indignation, collective action, and international citizenship**. Tokyo: United Nations University Press, 2000.

_____. & DEWAR VISCARRA, Diego. “Mexico and the Responsibility to Protect: from non-intervention to active engagement”. Paper presented at the 51st International Studies Association Annual Convention. New Orleans: February 17-20, 2010.

SIKKINK, Kathryn. “Human rights, principled issue-networks, and sovereignty in Latin America”. *International Organization*, v. 47, n. 3, 1993.

_____. & LUTZ, Ellen L. “International human rights law and practice in Latin America”. *International Organization*, v. 54, n. 3, 2000, p. 633-659.

SILVA, Alexandra de Mello e. “Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, 1998a, p. 139-158.

_____. “O Brasil e o Conselho de Segurança da ONU” *Carta Internacional*, v. VI, n. 68, outubro de 1998b.

SILVA PINTO, Alexandre da (Major inf.). “O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: uma visão analítica para a projeção do poder nacional”.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado Maior do Exército, mestrado em ciências militares, 2003.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. “Notas sobre a reforma da ONU e o Brasil”. Trabalho apresentado no Seminário sobre Reforma da ONU, FUNAG/IPRI, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 21/09/2009.

_____. “Liderazgo regional em América del Sur: El papel de Brasil” *Foreign Affairs em Español*, octubre-diciembre 2007, p. 38-43.

_____. “A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, 2005, p. 24-59.

_____. *Brazil's international profile and the challenges of South-South cooperation*. The IBSA Dialogue, Global Governance and Development. Edge Institute, Johannesburg, South Africa, July 5-6, 2004.

_____. & HIRST, Monica. “Brazil as an intermediate state and regional power: action, choice and responsibilities”. *International Affairs*, v. 82, n. 1, 2006, p. 21-47.

SOTOMAYOR, Arturo. “Peacekeeping participation and its socializing effects on military professionalism among democratizing states: empirical and theoretical lessons from Latin America”. Prepared for delivery at the 2008 Annual Meeting of the International Studies Association, March 25-29, 2008.

_____. “Why states participate in UN peace missions while others don't: An analysis of civil-military relations and its effects on Latin America's contributions to peacekeeping operations”. Prepared for delivery at the 2007 Annual Meeting of the International Studies Association February 28-March 3, 2007.

_____. “La participación en operaciones de paz de la ONU y el control civil de las fuerzas armadas: los casos de Argentina y Uruguay”. CIDE agosto 2005.

_____. “The Peace Soldier from the South: From Praetorianism to Peacekeeping?” Ph. D. Thesis, Columbia University, 2004.

SOUTELLO ALVES, Lauro Eduardo. “O Brasil e as operações de paz da ONU”. *Carta Internacional*, v. 37, março de 1996.

SOUZA, Emerson Maione de. “Boa cidadania internacional? Avaliando a política externa do governo Lula para os direitos humanos”. IV Encontro Nacional da Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP), 2008.

SOUZA, André M. e & ZACCARON, Beatriz Ávila. “A participação do Brasil em missões de manutenção de paz: o caso do Haiti”. In.: BRIGAGÃO, Clóvis & PROENÇA JR., Domício (Orgs.). **O Brasil e os novos conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma/Fundação Konrad Adenauer, 2006.

SPEKTOR, Matias. “Idéias de ativismo regional: a transformação das leituras regionais da região”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 53, n.1, 2010.

_____. “Brazil as a regional and emerging global Power”. South Africa Institute of International Affairs, Emerging Powers Programme, Policy Briefing n. 9, November 2009.

SPIELER, Paula Bartolini. “A indeterminação do conceito de intervenção humanitária: Reflexo no caso do Timor Leste”. Dissertação de mestrado, Instituto de Relações Internacionais, PUC-Rio, 2007.

STANLEY FOUNDATION. “Actualizing the Responsibility to Protect”. 43rd Conference on the United Nations of the Next decade, June 20-25, Convento do Espinheiro, Evora, Portugal, 2008.

STEDMAN, Stephen. “The new interventionists”. *Foreign Affairs*, v. 74, n. 3, 1995, p. 1-16.

TAPIA, Gabriel Garcia. “Haiti: consideraciones geopolíticas, balance y proyecciones”. In.: TULCHIN, Joseph; MANUAT, Raul Benitez & DIAMINT,

Rut (Eds.). **El rompecabezas. Conformando la seguridad hemisférica em El siglo XXI**. Buenos Aires: Bononiae Libros, 2005.

THAKUR, Ramesh. **The United Nations, peace and security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. “Developing countries and the intervention-sovereignty debate”. In.: PRICE, Richard & ZACHER, Mark (Eds.). **The United Nations and global security**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

TORCHIARO, Luciana. “MINUSTAH: uma decisão estratégica con implicancias regionales”. Proyecto MEI-Ford, Agosto 2007.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. “Haiti: una intervención desafortunada”. *Análisis Político*, v. 55, 2005, p. 39-44.

ULERY, Eduardo (Uruguay). “The Uruguayan Armed Forces and the challenge of 21st century peacekeeping operations”. Master’s Thesis Naval Postgraduate School, United States Navy, Monterrey California, 2005.

UNITED NATIONS. **United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines**. New York: Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support, March 2008.

VALLADÃO, Alfredo. “Brasil: o desafio da interdependência responsável”. In.: HOFMEISTER, Wilhelm (Org.). **40 anos, 1969-2009. Política, Sociedade, Cooperação Internacional**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2009.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana. A cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

VAZ, Alcides. “Brazil: global and regional security perspectives and cooperation”. In.: VAZ, Alcides Costa (Ed.). **Intermediate states, regional leadership and security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora da UnB, 2006.

VELOSO, Ludovico Alexandre Cunha. “Brazil and the United Nations peacekeeping operations in the 21st century”. Master’s Thesis, United States, Marine Corps Command and Staff College, Marine Corps University, 2002.

VERENHITACH, Gabriela Daou. “A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e consequências”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana, Santa Maria, RS, 2008.

VIEGAS, Marcelo. “A atuação recente do Conselho de Segurança e o Brasil” In.: FUNAG. **O Brasil e a ONU**. Brasília: FUNAG, 2008.

VIEIRA NETO, Floriano Peixoto (General). “O componente military da MINUSTAH: desafios e perspectivas”. *Tecnologia e Defesa*, ano 26, suplemento especial n. 19, 2009, p. 28-33.

VIGEVANI, Tullo & OLIVEIRA, Marcelo F. de. “Brazilian foreign policy in the Cardoso era: the search for autonomy through integration”. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 5, 2007, p. 58-80.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. “A política externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação”. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, 2007, p. 273-335.

VIOTTI, Maria Luiza R. “Remarks by H. E. Ambassador Maria Luiza Ribeiro Viotti – Permanent Representative of Brazil to the United Nations”. Plenary Session of the General Assembly on the responsibility to protect, 23 July 2009.

VIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz**. Brasília: FUNAG, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O Brasil e as noções de soberania e não-intervenção”. In.: *Cadernos Adenauer*, Segurança e Soberania, ano II, n. 5, 2001.

_____. “Brazil: security and integration in South America”. *Policy Issues and Actors*, v. 20, n. 9, April 2007. Center for Policy Studies, Johannesburg, South Africa.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics**. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WEBER, Cynthia. “Writing sovereignty identities: Wilson administration intervention in the Mexican revolution”. *Alternatives*, v. 17, 1992a, p. 313-337.

_____. “Reconsidering statehood: examining the sovereignty/intervention boundary”. *Review of International Studies*, v. 18, 1992b, p. 199-216.

WEISS, Thomas G. “R2P after 9/11 and the World Summit”. *Wisconsin International Law Journal*, v. 24, n. 3, 2006, p. 741-760. Disponível em: <http://hosted.law.wisc.edu/wilj/issues/24/3/weiss.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2010.

_____.; MACFARLANE, Neil & THIECKLING, Carolin J. “*The Responsibility to Protect: is anyone interested in humanitarian intervention?*”. *Third World Quarterly*, v. 25, n. 5, 2004, p. 977-992.

WELSH, Jennifer. “Introduction”. In.: WELSH, Jennifer (Ed.). **Humanitarian intervention and international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2006a.

_____. “Taking consequences seriously: Objections to humanitarian intervention” In.: WELSH, Jennifer (Ed.). **Humanitarian intervention and international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2006b.

_____. “Conclusion: The evolution of humanitarian intervention in international society”. In.: WELSH, Jennifer (Ed.). **Humanitarian intervention and international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2006c.

WELSH, Jennifer; THIELKING, Carolin J.; MACFARLANE, S. Neil. “The responsibility to protect: Assessing the report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty”. In.: THAKUR, Ramesh; COOPER, Andrew F. & ENGLISH, John (Eds.). **International Commissions and the power of ideas**. Tokyo: United Nations University Press, 2005.

WHEELER, Nicholas. “The humanitarian responsibilities of sovereignty: explaining the development of a new norm of military intervention for humanitarian purposes in international society”. In.: WELSH, Jennifer (Ed.). **Humanitarian intervention and international relations**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

_____. **Saving strangers. Humanitarian intervention in international society**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WHITWORTH, Sandra. **Men militarism and UN peacekeeping: a gendered analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 2007.

WIENER, Antje. **The invisible constitution of politics. Contested norms and international encounters**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

WILLIAMS, Ian. “Righting the wrongs of past interventions: A review of the International Commission on Intervention and State Sovereignty”. *The International Journal of Human Rights*, v. 6, n. 3, 2002, p. 103-113.

WILLIAMS, Paul. “The ‘responsibility to protect’, norm localization, and Africaninternational society”. Paper presented on the panel “African Union and R2P: Synergy or Divergence?” at the International Studies Association annual convention, New York, 16 February, 2009.

WOOD, Heather J.; NUTTAL, Taylor & STILES, Kendall. “Humanitarian intervention”. In.: SANDHOLTZ, Wayne Sandholtz & STILES, Kendall. (Ed.). **International norms and cycles of change**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

WROBEL, Paulo & HERZ, Mônica. “A política brasileira de segurança no pós-Guerra Fria”. In.: BRIGAGÃO, Clóvis & PROENÇA JR., Domício (Orgs.). **Brasil e o mundo novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Fundação Konrad Adenauer, 2002.

YEE, Albert S. “The causal effects of ideas on policies”. *International Organization*, v. 50, n. 1, 1996, p. 69-108.

YOUNG, Marcel. “Algunas lecciones para Haiti y la comunidade internacional luego de la victoria de Rene Preval”. *Diplomacia*, n. 107, abril-junio 2006, p. 63-69.

ZIRKER, Daniel & MARTINS FILHO, João Roberto. “The Brazilian military and the new world order”. *Journal of Political and Military Sociology*, v. 24, 1995, p. 31-55.

_____. “The Brazilian Military under Cardoso: overcoming the identity crisis”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* v. 42, n.3, 2000, p. 143-170.

Entrevistas realizadas

- General Carlos Alberto Santos Cruz (Brasil). Force Commander MINUSTAH. Brasília: junho de 2008.
- Coronel Luís Guilherme Paul Cruz (Brasil). Comandante do Batalhão Brasileiro Oitavo Contingente. Porto Príncipe: junho de 2008.
- Capitã Claudia Arenales (Uruguai). Aide-de-Camp, Intérprete do Deputy Force Commander, junho de 2008.

ANEXOS

Anexo 1.

Discursos brasileiros perante a Assembleia Geral da ONU (1988-2009)

A tabela abaixo apresenta uma compilação dos discursos pronunciados pelo Brasil na Assembleia Geral disponíveis no site da Missão Permanente do Brasil perante as Nações Unidas em Nova Iorque. Foram selecionados os discursos pronunciados a partir do período em que o Brasil retorna ao Conselho de Segurança (1988). Na segunda coluna foram destacados os temas relacionados às questões de intervenção, soberania e operações de paz. Em alguns anos são apresentados resumos dos discursos e, além dos resumos, consideramos importante fazer transcrições dos próprios discursos, principalmente pela forma como os representantes brasileiros fizeram referência explícita aos temas destacados.

Tabela 5 – Discursos na Assembleia Geral

| Ano | Temas de segurança destacados | Agente |
|------|---|----------------------------------|
| 1988 | <p>Manifestação de apoio à retirada das tropas estrangeiras do Afeganistão.</p> <p>Manifestação de apoio à normalização da situação no sul do continente africano, incluindo o respeito à integridade territorial de Angola, o fim da ocupação ilegal da Namíbia e a condenação à prática do apartheid na África do Sul.</p> <p>Manifestação de apoio aos direitos do povo palestino e pela completa retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967.</p> <p>Manifestação de preocupação frente à estagnação do processo de paz na América Central.</p> | Ministro das Relações Exteriores |
| 1989 | Reconhecimento da importância do retorno do Brasil ao CS após duas décadas de afastamento | |

| | | |
|-------------|--|-------------------------|
| | <p>Reconhecimento da necessidade de alteração na estrutura e procedimentos do CS para lidar com as operações de paz e com seu financiamento. Necessidade de que o CS reflita a multipolariedade do período</p> | Presidente da República |
| 1990 | <p>Afirmação do apoio ao cumprimento das resoluções do CS relativas ao Kuaite.</p> <p>“As afrontas aos direitos humanos devem ser denunciadas e combatidas com igual vigor, onde quer que ocorram”.</p> <p>“Impõem-se hoje novas obrigações a todos os países no sentido de assegurar maior liberdade de movimento internacional à pessoa humana, eliminação de todo resíduo discriminatório e proteção dos direitos dos estrangeiros. Os direitos humanos devem ser crescentemente entendidos em sua globalidade, sem distinções artificiais ou especiosas entre seus vários desdobramentos”.</p> | Presidente da República |
| 1991 | <p>“O indivíduo é o centro das preocupações da consciência democrática”.</p> <p>“É para os indivíduos que se voltam os governos democráticos, que só se realizam se oferecem, a cada cidadão, meios efetivos de bem-estar e de justiça”.</p> <p>“A comunidade internacional tem diante de si três grandes desafios: o desafio econômico do desenvolvimento, o desafio político da paz, e o desafio ético de assegurar uma vida digna a todos”.</p> <p>“Temos a responsabilidade de construir uma sociedade internacional verdadeiramente democrática e equilibrada”.</p> | Presidente da República |

| | | |
|-------------|--|-----------------------|
| | <p>“Ao longo de nossa história, cultivamos e praticamos um comportamento internacional coerente, responsável, fiel às regras e princípios da convivência entre as nações. O mundo é testemunha dessa tradição”.</p> | |
| 1992 | <p>Ao consolidar suas ideias no documento Agenda para a Paz, o Secretário Geral Boutro-Ghali sugeriu novos contornos e ampliada latitude às discussões sobre o papel das Nações Unidas. Instigantes e criativas suas propostas ensejam profunda reflexão, da qual devem participar todos os Estado-membros. O Brasil não deixara de dar a sua contribuição para sua consideração nesta Sessão da AG.</p> <p>A Agenda para a Paz incorpora elementos de grande atualidade como os de diplomacia preventiva, promoção da paz e edificação da paz pós-conflito. Inovadores e, por isso mesmo, ainda fluidos, tais conceitos abrem novas perspectivas a explorar, com a cautela que inspira o encontro fascinante entre realidades ainda pouco conhecidas e ideias ousadas e imaginativas.</p> <p>A construção da paz é tarefa que não se interrompe. É um processo. Além dos conceitos elaborados com respeito às formas de atuação em situações de conflito, atual ou potencial, devemos procurar articular também o corolário lógico da <i>preventive peace building</i>, de modo a prevenir a eclosão de crises decorrentes de fatores econômicos e sociais. Nesse sentido, urge fortalecer o papel das Nações Unidas não apenas no fator de restabelecimento da paz e da segurança, mas também como fator de fomento da paz socioeconômica.</p> | Ministro das Relações |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>Assim, aos elementos atentados pelo Secretario Geral devem agregar-se outros, como a promoção de um ambiente econômico internacional mais justo, o respeito irrestrito aos direitos humanos e ao império da lei, o desarmamento geral e completo e a democratização das relações internacionais, no contexto da plena vigência dos princípios jurídicos que constituem a base da convivência pacífica entre os Estados, tais como a igualdade soberana e o não uso da força.</p> <p>É fundamental combater a tentação de seletividade na aplicação dos dispositivos da Carta. Nosso compromisso deve ser o de assegurar que os instrumentos para a manutenção da paz e da segurança internacionais não sirvam para consolidar assimetrias baseadas em relações de poder, cuja mera realidade não lhes confere por isso legitimidade. Isto porque legitimidade tem como atributo essencial a abrangência inerente ao conceito e à perspectiva da humanidade.</p> <p>Faz-se imperiosa a revalorização do princípio consagrado na Carta de que a manutenção da paz e da segurança internacionais constitui responsabilidade coletiva dos Estados, que devem congregar para determinar os termos de seu exercício”.</p> <p>Afirmção da disposição do Brasil em contribuir para um desempenho mais representativo das funções do CS.</p> <p>“A determinação do Brasil em implementar o princípio da responsabilidade coletiva reflete-se concretamente na sua participação frequente em operações de paz”.</p> <p>“No campo dos direitos humanos,</p> | |
|--|---|--|

| | | |
|-------------|--|----------------------------------|
| | <p>desenvolve-se uma nova percepção da necessidade de proteção especial aos grupos mais vulneráveis em cada país. As minorias culturais, religiosas e étnicas, as crianças, os refugiados, os imigrantes são grupos frequentemente expostos à intolerância e aos desrespeito dos seus direitos mais elementares”.</p> <p>“O respeito aos direitos humanos deve ser universal, como universal é a Declaração de 1948 (...). Em outras palavras, os direitos humanos não devem ser violados sob pretexto algum”.</p> | |
| 1993 | <p>Necessidade de atualização do Conselho de Segurança para ter mais eficácia, representatividade e legitimidade</p> <p>Vinculação da diplomacia preventiva ao desenvolvimento econômico, social e ambientalmente sustentável</p> <p>Entendimento do Estado nacional soberano como base da ordem jurídica e política internacional. Afirmação de que uma relativização da soberania levaria a um retrocesso da democratização das relações internacionais. Reconhecimento de que a relativização da soberania nunca é proposta em relação aos “países poderosos”</p> <p>Reconhecimento das operações de paz como elementos importantes para superação dos conflitos. Afirmação do interesse brasileiro em aumentar a sua participação em operações de paz.</p> | Ministro das Relações Exteriores |
| 1994 | <p>“(…) preocupa-nos, igualmente, em favorecer uma solução duradoura para a crise haitiana com o retorno ao poder constitucional do</p> | Ministro das Relações Exteriores |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>Presidente Jean-Bertrand Aristide e a reconciliação nacional. Os esforços diplomáticos da comunidade internacional, que firmemente apoiamos, devem ter como marco de referência o pronto afastamento das autoridades de fato por meios pacíficos, únicos capazes de evitar maiores sofrimentos ao povo haitiano. É motivo de inquietação para nós que os princípios da não intervenção e da autodeterminação sejam objeto de interpretações incompatíveis com as Cartas da ONU e da OEA. A gravidade da crise haitiana e a urgência em resolvê-la não nos impede de ver os risos embutidos numa situação que evoca traumas e cicatrizes ainda vivos na memória da América Latina. Restabelecido o governo legítimo, caberá à comunidade internacional assistir o Haiti na desafiadora tarefa da reconstrução nacional”.</p> <p>“Estamos ainda distantes da paz universal. Conflitos de grande crueldade chocam a sensibilidade do mundo e causam sofrimentos indizíveis a milhões de seres humanos. Ruanda e Bósnia-Herzegovina são signos trágicos do nosso tempo”.</p> <p>Manifestação de orgulho pela participação de tropas brasileiras na missão de paz em Moçambique.</p> <p>“A democracia e os valores a ela associados são a conquista maior do nosso tempo. Uma revolução ética desenvolve-se diante de nós. Universaliza-se a preocupação com os direitos humanos, ao mesmo tempo que cresce a consciência do imperativo da moralidade pública. A vida internacional deixa de ser a esfera do puro exercício da razão do</p> | |
|--|---|--|

| | | |
|-------------|---|-----------------------|
| | <p>Estado e incorpora uma dimensão mais humana e dirigida ao bem-estar dos indivíduos”.</p> <p>(...) pela sua tradição jurídica e contribuição à causa da paz, a região da América Latina e Caribe deve estar contemplada em qualquer ampliação do Conselho”.</p> <p>Afirmção em assumir as responsabilidades de membro permanente do CS.</p> <p>“(...) temos pautado nossas posições pelo respeito aos princípios da não intervenção e da soberania e integridade territorial dos Estados; pela busca constante da solução pacífica e negociada dos conflitos; pelo primado do Direito na preservação da ordem pública internacional; pelo respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais e pela participação nas operações de manutenção da paz em diversas regiões do globo.</p> <p>“O Brasil está decidido a participar ativamente da construção da nova agenda internacional baseada na participação e na cooperação universal para a paz e o desenvolvimento”.</p> <p>“Nossa diplomacia, infensa a qualquer forma de hegemonismo, busca contribuir, com confiabilidade e previsibilidade, em cooperação com todas as nações irmãs, para que a nova ordem mundial que se está forjando corresponda às nossas aspirações: que seja democrática, estável, desarmada, respeitosa da soberania dos Estados e comprometida com o desenvolvimento”.</p> | |
| 1995 | Reconhecimento da participação ativa de tropas brasileiras nas | Ministro das Relações |

| | | |
|-------------|---|----------------------------------|
| | <p>missões de paz em Angola e Moçambique.</p> <p>Reconhecimento da necessidade de reforma das Nações Unidas, incluindo o CS, assegurando representação equitativa de países desenvolvidos e em desenvolvimento.</p> <p>“A reforma não envolve o prestígio individual de qualquer país, mas sim o prestígio do próprio Conselho de Segurança. O Brasil está pronto para assumir todas as suas responsabilidades nesse empreendimento”.</p> | Exteriores |
| 1996 | Reconhecimento da aspiração brasileira em ampliar a sua participação em foros decisórios internacionais | Ministro das Relações Exteriores |
| 1997 | Reconhecimento da necessidade de ampliação do Conselho de Segurança nas categorias de membro permanente e não permanente, afirmação do interesse do Brasil em assumir responsabilidades de membro permanente como representante da América Latina e Caribe | Ministro das Relações Exteriores |
| 1998 | <p>Manifestação da participação brasileira nas negociações entre as partes envolvidas na questão do Timor Leste</p> <p>Apoio à reforma e atualização do CS como forma de garantir maior legitimidade, representatividade, eficácia, e defendendo o aumento nas categorias de membros permanentes e não permanentes, com a inclusão de países em desenvolvimento nas duas categorias</p> | Ministro das Relações Exteriores |
| 1999 | Reconhecimento de que acontecimentos no Kosovo | Ministro das Relações |

| | | |
|-------------|---|----------------------------------|
| | <p>ocorreram às margens da ONU.</p> <p>Reconhecimento de que as medidas negociadas dentro da ONU foram insuficientes para evitar violência no Timor.</p> <p>Manifestação do apoio brasileiro à autodeterminação do povo timorense e reconhecimento da importância da atuação da ONU em prol do desejo do povo timorense em constituir-se como nação independente.</p> <p>Repetição do discurso de posse do Presidente da República (janeiro, 1999) em que este repudiou o unilateralismo e o uso da força como princípios orientadores da ordem internacional</p> | Exteriores |
| 2000 | <p>Reconhecimento da importância do Relatório Brahimi como um guia para as operações de paz.</p> <p>Reconhecimento da importância dos relatórios sobre a atuação da ONU em Srebrenica e Ruanda.</p> <p>Frustração em relação às operações de paz não completadas na Rep Dem do Congo e em Serra Leoa.</p> <p>Valorização do multilateralismo, entendido como envolvendo o fortalecimento da ONU e tendo como foco o indivíduo.</p> | Ministro das Relações Exteriores |
| 2001 | <p>Defesa da criação de um Estado palestino, apoio à autodeterminação do povo palestino e o respeito à existência do estado de Israel.</p> <p>Reivindicação de um CS mais representativo.</p> <p>Afirmação de que o Brasil prega a democratização das relações internacionais juntamente com a defesa da inclusão na categoria de novos membros permanentes do CS</p> | Presidente da República |

| | | |
|-------------|---|----------------------------------|
| | países em desenvolvimento. | |
| 2002 | <p>Apoio à criação de um Estado palestino e à autodeterminação do povo palestino assim como ao direito à existência do Estado de Israel.</p> <p>“O uso da força no plano internacional somente pode ser admitido se esgotadas todas as alternativas de solução diplomática. A força somente pode ser exercida de acordo com a Carta da ONU e de modo consistente com as deliberações do CS. Do contrário estará solapada a credibilidade da Organização, dando margem não apenas à ilegitimidade, mas também a situações de equilíbrio precário e não duradouro.</p> <p>Reconhecimento da necessidade de reforma do CS e afirmação de que o Brasil esta pronto a assumir responsabilidades no CS.</p> | Ministro das Relações Exteriores |
| 2003 | <p>Reconhecimento da importância da reforma da ONU, incluindo reforma do CS com adesão de membros permanentes</p> <p>“O Brasil está pronto a dar a sua contribuição. Não para defender uma concepção exclusivista de segurança internacional. Mas para refletir as percepções e os anseios de um continente que hoje se distingue pela convivência harmoniosa e constitui um fator de estabilidade mundial”.</p> | Presidente da República |
| 2004 | <p>Reconhecimento do direito à autodeterminação do povo palestino.</p> <p>Reconhecimento de que as causas da “insegurança são complexas”.</p> <p>“Precisamos desenvolver estratégias que combinem a solidariedade e firmeza, mas com estrito respeito ao</p> | Presidente da República |

| | | |
|------|---|---|
| | <p>Direito Internacional.</p> <p>Foi assim que atendemos o Brasil e outros países da América Latina à convocação da ONU para contribuir na estabilização do Haiti. Quem defende novos paradigmas nas relações internacionais não poderia se omitir diante de uma situação concreta.</p> <p>Promover o desenvolvimento com equidade é crucial para eliminar as causas da instabilidade secular daquele país.”</p> <p>Reconhecimento da importância de reforma do CS com a inclusão de novos membros permanentes.</p> | |
| 2005 | <p>Apoio ao estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz</p> <p>“Lidamos hoje com conceitos novos como segurança humana e responsabilidade de proteger. Concordamos que devem ter um lugar adequado em nosso sistema. Mas é ilusório pensar que podemos combater os desvios políticos que estão na origem de violações graves de direitos humanos por meios exclusivamente militares, ou mesmo por sanções econômicas, em prejuízo da diplomacia e da persuasão. (...)</p> <p>As Nações Unidas não foram criadas para disseminar a filosofia de que a ordem deve ser imposta pela força. Este recurso extremo deve ser reservado a situações em que todos os demais esforços tenham sido esgotados e as soluções pacíficas sejam realmente inviáveis. E o julgamento sobre a existência dessas condições excepcionais há que ser sempre um julgamento multilateral. A Carta contempla dois tipos de situações para o uso da força: a necessidade de manter ou restaurar a</p> | <p>Ministro das Relações Exteriores</p> |

| | | |
|-------------|---|-------------------------|
| | <p>paz e a segurança internacionais, e o direito de legítima defesa. Esses dois conceitos não podem ser confundidos, sob pena de embaralharmos as bases doutrinárias da Organização”</p> <p>Reconhecimento da necessidade de ampliação do CS para que este se torne mais representativo e democrático.</p> <p>“A (..) solidariedade inspira a participação dos Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política”.</p> | |
| 2006 | <p>Apoio à reforma do CS com a inclusão de países em desenvolvimento na categoria de membros permanentes como forma de tornar o órgão mais democrático, legítimo e representativo.</p> | Presidente da República |
| 2007 | <p>“Brasil não abrirá mão da sua soberania na Amazônia sob nenhuma circunstância”.</p> <p>Contribuição brasileira ao processo de integração regional sul-americano.</p> <p>Necessidade de inclusão de países em desenvolvimento no CS reformado.</p> <p>Participação brasileira e latino-americana na MINUSTAH.</p> <p>Importância do desenvolvimento social e democracia para trazer paz e segurança ao Haiti.</p> | Presidente da República |
| 2008 | <p>Papel da UNASUL na crise da Bolívia, reafirmação do compromisso com respeito à</p> | Presidente da República |

| | | |
|-------------|---|-------------------------|
| | <p>integridade territorial e governo democraticamente eleito na Bolívia.</p> <p>Reafirmação do compromisso com o Haiti e MINUSTAH, necessidade de mais solidariedade com o Haiti da parte dos países desenvolvidos.</p> <p>Apoio à decisão da AG de relançar as negociações sobre reforma do CS.</p> | |
| 2009 | <p>Valorização de experiências de integração regional (UNASUL).</p> <p>Necessidade de que a ONU assuma a ajuda à reconstrução do Haiti.</p> <p>Necessidade de reforma do CS, com novos membros permanentes.</p> <p>Condenação do golpe em Honduras, manifestação de apoio à volta do presidente Zelaya ao poder, necessidade de respeito à inviolabilidade da embaixada brasileira em Honduras.</p> | Presidente da República |

Fonte: Missão Permanente do Brasil perante as Nações Unidas (Nova Iorque) Disponível em: <http://www.un.int/brazil/>.

Anexo 2.**Lista de participantes e Sumário da mesa-redonda sobre
Responsabilidade de Proteger na América Latina, em Santiago do
Chile****SANTIAGO****REGIONAL ROUNDTABLE CONSULTATION WITH
NONGOVERNMENTAL AND OTHER INTERESTED ORGANIZATIONS****May 4, 2001****PARTICIPANTS**

Francisco Rojas Aravena, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Chile
(Chair)

María Soledad Alvear, Minister of Foreign Affairs, Chile
Rodrigo Atria, Advisory Committee to the Ministry of Defence, Chile
Carmen Avila, Ministry of Foreign Affairs, Panama
Mario José Avila Romero, Ministry of Foreign Affairs, El Salvador
Silvio Aviléz Gallo, Ministry of Foreign Affairs, Nicaragua
Enrique Bernales, Comisión Andina de Juristas
Luis Bitencourt, Latin America Program, Woodrow Wilson Center, US
Lara Blanco, Arias Foundation, Costa Rica
Arturo Cabrera, Ministry of Foreign Affairs, Ecuador
Roberto Cajina, Head of Project on Civil-Military Relations, Nicaragua
Policarpo Callejas Bonilla, Ministry of Foreign Affairs, Honduras
Fernando Cepeda, Universidad de los Andes, Colombia
Juan de Dios Parra, Asociación Latinoamericana de Derechos Humanos, Ecuador
Paul Durand, Canadian Embassy in Chile
Juan Eduardo Eguiguren, Ministry of Foreign Affairs, Chile
Rodrigo Espinosa, Ministry of Foreign Affairs, Chile
Dra Berta Feder, Ministry of Foreign Affairs, Uruguay
Clemencia Forero Ucrós, Ministry of Foreign Affairs, Colombia
Andelfo García, Academic, Chile
Paulina García Donoso de Larrea, Ministry of Foreign Affairs, Ecuador
Jorge Luis Gómez, Ministry of Foreign Affairs, Argentina
Juan Manuel Gómez-Robledo Verduzco, Ministry of Foreign Affairs, Mexico
Antonio González, Ministry of Foreign Affairs, Colombia
Gerard Granado, Caribbean Conference of Churches, Barbados
Ivelaw Griffith, Florida International University, US
Jorge Heine, Fundación Chile XXI, Chile
María Teresa Infante, Ministry of Foreign Affairs, Chile
Jeannete Irigoín, Institute of International Studies, Chile
Gustavo Iruegas, Ministry of Foreign Affairs, Mexico
Javier Jiménez, Ministry of Foreign Affairs, Bolivia

Oscar Llanes Torres, Diplomatic Academy of Paraguay, Paraguay
 Salomón Lerner Ghitis, Transparencia, Peru
 Ernesto Lopez, University of Quilmes, Argentina
 Delma Miralles, Ministry of Foreign Affairs, Venezuela
 Wagner Obando, Ministry of Foreign Affairs, Costa Rica
 Elda Paz, Ministry of Foreign Affairs, Mexico
 Helí Peláez Castro, Ministry of Foreign Affairs, Peru
 Bernardo Pericás, Ministry of Foreign Affairs, Brazil
 Miguel Pichardo, Ministry of Foreign Affairs, Dominican Republic
 Rodrigo Quintana, Ministry of Foreign Affairs, Chile
 Juan José Quintana, Ministry of Foreign Affairs, Colombia
 Augusto Saá Corriere, Ministry of Foreign Affairs, Ecuador
 Guillermo Saenz de Tejada, Ministry of Foreign Affairs, Guatemala
 Andrea Sanhueza, Corporation Participa, Chile
 Elizabeth Spehar, Organization of American States Secretariat, US
 Gabriel Szekèly, Citizens' Alliance, Mexico
 Carlos Portales, Ministry of Foreign Affairs, Chile
 Claudio Troncoso, Ministry of Foreign Affairs, Chile
 Juan Gabriel Valdes, Permanent Mission of Chile to the UN
 Alberto Van Klaveren, Ministry of Foreign Affairs, Chile
 Augusto Varas, Ford Foundation, Chile
 Edmundo Vargas, Ministry of Foreign Affairs, Chile
 José Miguel Vivanco, Human Rights Watch, US
 Luís Winter, Ministry of Foreign Affairs, Chile

SUMMARY

In an opening address, Soledad Alvear, Chile's Minister of Foreign Affairs referred to intervention as a subject closely related "to life and death" and one that international organizations, despite all their technological progress, have been unable to address effectively. Indeed, massacres and other major aggressions against humankind continue to occur, to the dismay of the international community. All this urgently requires international organizations and UN state members to compromise on a common approach. On the other hand, the history of Latin American and the Caribbean countries gives them an important doctrinal framework that opposes unilateral interventions and favours respect for the sovereignty of states. When the issue is intervention, the region's policy makers trust the UN Charter. Yet, Security Council decisions can be blocked by the conflicting positions of its members, and it has sometimes been unable to respond quickly enough to situations demanding international intervention. The Minister concluded by suggesting that since saving lives should always be the superior interest, we should be able to find ways to create new and original mechanisms.

Intervention, Sovereignty, and Security in Latin America and the Caribbean

An introductory paper proposed the idea of "cooperative multilateralism" as a basis for building consensus and decision making on the international system's key issues, including humanitarian intervention. Unlike the current approach, this

system would be positive and practical and based on ideals such as peace and prosperity. In addition, it is necessary to adopt a more holistic approach to the concept of security.

Several participants endorsed this viewpoint. Since the end of the Cold War demands have frequently been made to revise the international-security concept that dominated Western strategic thinking in earlier decades. This desire has a direct connection with the intervention issues being discussed. Although there is consensus on the need for a new conceptual paradigm, no consensus exists on the concept itself. Two main possibilities have been considered. Because of a lack of comprehensive theoretical tools to explain the most recent phenomena within the international arena, new tag names, such as "environmental security," "citizen security," and "human security," have appeared. Others have preferred to broaden the traditional concept of international security to include new threats, actors, and power relationships.

Many suggested that globalization has made the concept of sovereignty obsolete. Others thought that current threats - new or old - have a transnational nature that ignores territorial borders. Consequently, transnational relations, including economic and cultural aspects, are increasingly taking place well beyond state control. Although some thought that sovereignty has become less important for nation-states, others thought that the opposite is true: because of lessened control over what happens inside their borders, governments have become more sensitive to, and interested in, preserving their sovereignty.

When External Military Intervention Should Be Considered and Why: Intervention Priorities and Thresholds

A further discussion paper was presented on why and when military intervention is necessary and justifiable. This paper also covered the priorities and thresholds for a decision on intervention. It cited the case of violence in East Timor following the independence ballot. The Secretary-General could only have exerted the intense pressure he did on the Indonesian Government to end the violence or allow for international intervention because the international community had achieved a notable consensus on the need to intervene with military force to stop the violence. When such conditions are not present, a decision might still be taken if, for instance, it is a situation that would motivate global concern and criticism, such as a case of genocide. Even so, military intervention should still only be a last resort, and it should do more good than harm. A basic criterion should also be that the victims are nonfighting civilians. Other factors may militate against a decision to intervene, such as if the aggressor is a nuclear power or there is a risk of partiality in the use of force - which may arise particularly in cases of a decision of only one state to intervene. Similarly, hidden agendas, as opposed to altruistic or humanitarian concerns, should be a further reason not to intervene.

During the ensuing debate, consensus was reached on the basic conditions that legitimate the decision to intervene: the existence of multilateral support for the action, the use of intervention as a last resort, and the assurance that intervention would not worsen the problem. In addition, participants agreed that past situations

that had been used to justify unilateral interventions in Latin America and the Caribbean no longer exist.

It became clear that intervention had a particular connotation in the Latin America and Caribbean region. An ever-present concern was the role of the US, either as an intervening state or as the most influential actor in multilateral organizations. Military interventions were thus seen as sharpening the contrast between the real power – but sometimes questionable legality – of an effective military power (the US), and the smaller power – but legitimacy of – multilateral organizations (the UN).

One participant noted the need to consider unarmed interventions. In addition, suggestions were made for changing the general attitude toward intervention. It should not be seen as a decision between the right to intervene or not, but as part of a duty or responsibility to protect. Finally, it was clear that issues requiring intervention are largely interdependent. It would also be helpful to increase the monitoring and early-warning capacity of the UN and to emphasize actions that could prevent situations from escalating. In this regard, three possible levels of intervention should be considered for adoption in a gradually escalating sequence: diplomatic measures, sanctions and incentives, and military force.

The UN nevertheless can only do what its member states decide and is thus dependent on the political interests of those states. However, it is not organized in ways that facilitate making quick decisions. It clearly needs a system to allow for global oversight. Therefore, in order to speed up decisions in situations where a regime is committing atrocities, suggestions were made for modification of the UN Security Council and creation of a tribunal or other body within the General Assembly to make pronouncements upon the gravity of human rights abuses and the related necessity or otherwise of an intervention. It was also suggested that the UN should sponsor analysis of case studies to assess both the effectiveness and the influence of interventions on the political climate of the states in which they take place.

When Not to Intervene and Why: Alternatives to External Military Intervention

A further two papers were delivered and discussed together. The first related to when intervention is not advisable and alternatives to external military interventions. It noted that interventions involve many risks and perplexities. Because of the difficulty of distinguishing circumstances that require intervention and those that do not, the paper suggested the adoption of a new conceptual context, based on the "globalization" paradigm, rather than on the outdated one of the Cold War. It suggested that the protection of fundamental human rights should be the essential motivation for decisions to intervene. "Sustainability", the assurance that intervention will solve or at least stop the problem, was argued to be the essential operational factor. "If there is doubt about the sustainability of an intervention, it is better not to intervene", though "sovereignty cannot be a barrier when the protection of fundamental rights is at stake". The paper also suggested that fear of intervention may help to prevent abuses of human rights. However,

there are two main circumstances when intervention should not take place: 1) when the state concerned is exercising full and complete sovereignty; and 2) when a fundamental value is not at stake. The problem is that situations that may suggest the need for intervention are usually complex. For example, civil war is often a situation that creates objective circumstances requiring intervention, but it is also a complex situation in which right and wrong cannot be easily distinguished.

The Impact of External Military Intervention: Political, Economic, and Social

The second paper analyzed the political, economic, and social impacts of military intervention. The following variables are relevant: the situation of the country, the size of the intervention force, the necessity of rebuilding the country after intervention, and the level of economic deterioration following the intervention. To evaluate the local impact of military intervention within the context of the Americas, it is important to take into account the history and the role of the OAS, which is currently developing a wide range of instruments to cope with post-intervention situations and the necessity to use force. An example was Haiti. Although the intervention there had been successful in solving the immediate crisis, it was less successful afterward. Moreover, the situation was, at the time of the discussion, quickly deteriorating. From a purely economic standpoint, the intervention in Haiti is excessively expensive and not cost-effective. However, it is difficult to objectively assess the value of military intervention. Military interventions are designed to control a crisis, not address the roots of the problems. Preventive action is extremely important.

During the ensuing discussion, some of the most sensitive factors relating to the decision to intervene were identified as including the time when intervention is necessary and advisable, what is necessary to legitimize interventions, and who can make decisions to intervene. Participants agreed that the most accepted institution to take decisions on multilateral interventions is the UN Security Council. However, there was no consensus on what should happen when there is a widespread sentiment for intervention, but the Security Council chooses not to act.

Wider Impacts – Although participants agreed that decisions to intervene often give scant consideration to the intervention's impacts on a wider regional system, they agreed that this variable should be considered during a decision to intervene. Positions were divided between those who considered that sovereignty should not be an obstacle to intervention when human rights are at stake and those who were concerned about negative regional impacts. Examples discussed included the intervention in Nicaragua and the prospects for the Colombian crisis.

Concerned with post-intervention impacts on the population, one participant suggested the assessment of the psychological impacts of intervention, in addition to economic, political, social, and military impacts.

Intervention “for Democracy”

A heated debate developed on this issue, with no real consensus emerging. There was a feeling that while international consensus might build rapidly in cases of intervention for humanitarian reasons, it does not do so when the intervention is politically motivated, as is the case with preservation of democracy. Although democracy has become a norm and almost a moral value in the region, the overthrow of democracy does not seem a valid motivation for military intervention. Nevertheless, agreement formed around the idea that measures short of military ones, such as diplomatic warnings and sanctions, would be useful tools for the protection of democracy. On the other hand, since democracy has become a cherished value, threats to democratic rule might be followed by major violations of humanitarian values and thus justify intervention. Nevertheless, it was clear that most of those present saw “intervention to protect or promote democracy” as a sensitive and potentially dangerous issue, since the concept of democracy itself is relative and subject to distinct interpretations. The region’s direct experience with past US military interventions that claimed to have been aimed at protecting democracy was also relevant here. In this region, therefore, the initial reaction to military intervention would always be cautious.

One participant concerned with the idea of protecting democracy suggested the creation of a supranational institution to oversee and evaluate democracies and their shortcomings in the region. This idea, however, was also criticized on the basis of the relativity of the concept of democracy.

The conclusion was thus reached that in this region, any decision to intervene militarily could only be legitimate if based on severe abuse of fundamental human rights. However, even if the Security Council could not decide to intervene, despite the existence of objective grounds, it would be very difficult to classify as legitimate a “unilateral” military intervention (that is, one taking place without Security Council mandate.) Despite its shortcomings, the UN Charter should be kept as the key paradigm for the analysis of cases eventually requiring military intervention.

Anexo 3.**Tabelas referentes à distribuição regional da contribuição para a MINUSTAH****Tabela 6 – Contribuições para a MINUSTAH por região**

| Região | Tropas | Policiais | Total de contribuição (tropas e policiais) | Percentual de Contribuição com tropas | Percentual de contribuição policial |
|--------------------------------|--------|-----------|--|---------------------------------------|-------------------------------------|
| África | 0 | 596 | 596 | 0% | 29,34% |
| América Latina e Caribe | 4.068 | 98 | 4.166 | 57,96% | 4,82% |
| Ásia | 2.937 | 1.067 | 3.994 | 41,84% | 52,53% |
| Europa | 4 | 139 | 143 | 0,05% | 6,84% |
| América do Norte | 9 | 131 | 140 | 0,12% | 6,45% |
| Total | 7.018 | 2.031 | 9.049 | 100% | 100% |

Fonte: autor, com base nos dados fornecidos pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), dados liberados em dezembro de 2009 e atualizados até 31 de agosto de 2009.

Tabela 7 – Contribuição de tropas e policiais para a MINUSTAH separados por região da América Latina e Caribe

| Região e Subregião | Tropas | Policiais | Total | Percentual |
|---|--------|-----------|-------|--|
| América Latina e Caribe | 4.068 | 98 | 4.166 | 46,03% da contribuição total da MINUSTAH |
| América do Sul | 3.989 | 64 | 4.053 | 97,28 % da contribuição latino-americana e caribenha |
| Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai | 3.475 | 37 | 3.512 | 86,65% da contribuição sul-americana |

Fonte: autor, com base em dados do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), dados liberados em dezembro de 2009 e atualizados até 31 de agosto de 2009.

Tabela 8 – Percentual da contribuição para a MINUSTAH em relação ao envolvimento total em missões de paz da ONU

| País | MINUSTAH Tropas | MINUSTAH Policiais | MINUSTAH Total | Total Operações de paz (tropas, policiais, <i>experts on mission</i>) | Percentual da participação da MINUSTAH em relação à participação total em operações de paz da ONU |
|------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------|--|--|
| Argentina | 559 | 14 | 573 | 861 | 66,55% |
| Brasil | 1.282 | 3 | 1.285 | 1.344 | 95,61% |
| Chile | 501 | 15 | 516 | 525 | 98,28% |
| Uruguai | 1.133 | 5 | 1.138 | 2.513 | 45,28% |
| Paraguai | 31 | 0 | 31 | 96 | 32,29% |

Fonte: autor, com base em dados do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO), dados liberados em dezembro de 2009 e atualizados até 31 de agosto de 2009.